

A DECADÊNCIA DAS CHARQUEADAS GAÚCHAS NO SÉCULO XIX: UMA NOVA EXPLICAÇÃO

Leonardo M. Monasterio

Resumo:

Fernando Henrique CARDOSO (1977) sustenta que a decadência das charqueadas gaúchas decorreu da manutenção de trabalho cativo no setor e da exclusão política das elites do sul do centro de poder. O presente trabalho critica essa visão e oferece uma explicação alternativa. Sustenta-se que as dificuldades do setor eram, na verdade, um reflexo da *Dutch Disease* (CORDEN, 1984) que sofria a economia brasileira da época. O mesmo processo que, segundo LEFF (1991), atingiu a produção de cana-de-açúcar nordestina durante o período, chegou às terras da Campanha gaúcha. O *boom* exportador do café drenou recursos, incluindo mão de obra cativa, e valorizou o câmbio, prejudicando outros setores nacionais. Os dados sugerem que a Doença Holandesa fez com que o charque nacional perdesse competitividade frente ao de origem uruguaia.

Palavras-chave:

Dutch Disease - Charqueada - Rio Grande do Sul (Império)

INTRODUÇÃO

A lógica de expansão da economia do RS no século XIX deu-se ao redor da atividade charqueadora. Durante o século XIX, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul passa a ser, nas palavras de PESAVENTO (1990, p. 38), a “estalagem do Império”, fornecendo insumos para o *boom* do café. Em 1861, três quartos das exportações gaúchas eram compostas pelo charque e pelo couro¹. Os dois principais núcleos populacionais ligados ao setor charqueador, Pelotas e Rio Grande, tiveram um crescimento de 754% e 884% entre 1814 e 1860 enquanto a população total do RS cresceu 286%. BELL (1998, p. 73) sustenta, com base em inventários, que, em meados do século XIX, o patrimônio dos charqueadores era suficiente para que adquirissem as maiores *plantation* de café disponíveis do Sudeste.

A trajetória do charque não foi sem contratempos. Como se sabe, houve diversos conflitos armados no século XIX nas terras gaúchas e uruguaias. Em alguns momentos, a paz em um dos lados da fronteira sul foi acompanhada de conflito do outro lado. *Saladeros* uruguaio e charqueadores pelotenses aproveitavam as oportunidades oferecidas pela

¹ Ao longo do texto, as exportações gaúchas referem-se a todas as saídas de mercadorias da Província, mesmo que para outras partes do Brasil.

instabilidade política no país vizinho e expandiam a sua produção. Isso gerou oscilações na liderança do setor de carnes salgadas. Contudo, conforme vai se aproximando o final do Império, percebe-se uma tendência de que o setor gaúcho seja sobrepujado pelo uruguaio. Passa-se a ouvir com mais frequência clamores contra a competição desleal do *tasajo*, manifestos alertando para a "falta de braços", reclamações em relação aos preços baixos nas praças do Rio de Janeiro e à tributação excessiva. Para a elite saladeiril esses eram os motivos dos problemas do setor. Sem ter a íntegra de seus pedidos satisfeitos, eles protestavam contra a sua marginalização da política nacional e se sentiam explorados pelo centro do país.

A maior parte da historiografia acabou por aceitar tais interpretações da crise sem maiores questionamentos. Na melhor das hipóteses, as causas apontadas pelos charqueadores para a crise prolongada são vistas como encobrindo o verdadeiro motivo: a ineficiência do trabalho escravo na atividade saladeiril. Fernando Henrique CARDOSO (1977) foi o principal divulgador dessa hipótese, que pressupõe um apego irracional dos charqueadores à sua escravaria². Sandra PESAVENTO (1980, 1990), outra autora de referência sobre o assunto, também denuncia a exploração da economia gaúcha pelo centro do país, através da apropriação de seu "excedente econômico".

O objetivo desse trabalho é mostrar que a crise do charque resulta de um processo econômico já identificado e analisado: a *Dutch Disease* (Doença Holandesa)³. Ela se manifesta quando um *boom* exportador em um setor da economia conduz à crise de outros setores sujeitos à competição internacional. No caso gaúcho, argumenta-se que a mesma expansão da cafeicultura que garantiu a demanda pelo charque gerou, também, a sua crise. Conforme será visto, os mecanismos econômicos que explicam o fenômeno dispensam que se atribua irracionalidade aos charqueadores, nem asseverar que houve exploração política e econômica do sul pelo centro do Brasil.

A primeira seção apresenta e critica as duas razões que têm sido apontadas para a estagnação do setor saladeiril. Em seguida, apresentam-se os mecanismos patogênicos da *Dutch Disease* através de duas formas: com base na teoria das vantagens comparativas e mediante o modelo de CORDEN (1984). A terceira seção mostra evidências de que tal moléstia atingiu o extremo sul do Brasil. Uma conclusão encerra o trabalho.

² Mesmo nesse caso, conforme será visto adiante, ele estava repetindo o diagnóstico que deram membros da elite charqueadora que, curiosamente, possuíam escravos.

³ No Brasil, uma ótima apresentação da Doença Holandesa é feita por PERTUSIER (1999) em seu trabalho de conclusão de curso na PUC-RJ.

1. AS EXPLICAÇÕES TRADICIONAIS PARA A ESTAGNAÇÃO DO CHARQUE

1.1. A MAIOR EFICIÊNCIA DO TRABALHO LIVRE PLATINO

Baseados em relatos da época, CARDOSO (1977) concluiu que a ineficiência da produção gaúcha de charque *vis-à-vis* a uruguaia decorria da escravidão. Esse tipo de visão permeia toda a historiografia gaúcha e mesmo autores supostamente revisionistas a compartilham.⁴

A lógica dessa visão é a seguinte: em Pelotas, como o controle do trabalho era feito através do número de animais e couros preparados por cada escravo, havia limitações à divisão técnica do trabalho. No Uruguai, por sua vez, ocorria plena subdivisão das tarefas (CARDOSO, 1977, p. 186-205). Essa restrição resultaria em obstáculos à inovação tecnológica no processo de produtivo. Existiriam, também, os problemas de incentivos ao trabalhador escravo. Escreveu um charqueador da época:

"O Escravo, diz hum Economista, consome o mais que póde, e trabalha o menos que pode- He esta humra verdade que não precisa ser demonstrada: o Escravo que por modo algum pode esperar prêmio do seu trabalho, interessa-se em consumir e em não trabalhar." (CHAVES, 1978, p. 60)⁵

Esses elementos, somados à necessidade de ocupar o escravo durante todo o tempo em atividades supérfluas, mesmo que a charqueada fosse uma atividade sazonal, levaram a que se formasse um “regime de desperdício” (CARDOSO, 1977, p. 175). Com base nos observadores da época (Gonçalves Chaves e Couty, entre outros), que também percebiam a superioridade econômica do trabalho livre, Cardoso afirma que a escravidão era incompatível com o desenvolvimento das charqueadas e que foi, em última instância, a responsável pela sua prolongada decadência.

Uma questão se destaca: por que os charqueadores seguiram sendo escravistas? Se havia os que na época percebiam a maior eficiência do trabalho livre, por que, mesmo antes da Abolição, não adotá-lo? Mais intrigante ainda é notar que o mesmo Gonçalves Chaves que

⁴ Ver TARGA (1991).

⁵ O economista citado por Chaves é Adam Smith: “*The experience of all ages and nations, I believe, demonstrates that the work done by slaves, though appears to cost only their maintenance, is in the end the*

protestava contra a ineficiência do trabalho cativo seguiu utilizando escravos até a sua morte em 1871 (MAESTRI FILHO, 1984, p. 90 e BELL, 1998, p.74)⁶. Às vésperas da Abolição, a charqueada de Junius Brutus de Almeida, “um dos charqueadores mais capitalizados e empreendedores entre seus pares”, tanto seguia utilizando trabalho cativo que teve que enfrentar uma rebelião escrava (LONER, 2001, p. 71). Cardoso responde a esse enigma sustentando que os charqueadores estavam imersos em uma *Weltanschauung* senhorial. Isso os fazia ver a escravidão, não como um meio para obtenção dos lucros, mas como um fim em si:

... no sistema escravista, o interesse imediato está na organização e no *controle da mão de obra* como um verdadeiro *faux frais* da produção, isto é, não no sentido de aumentar a produtividade, mas no intuito e com o resultado de manter a *autoridade no trabalho*. (CARDOSO, 1977, p. 174).

Isso fez com que eles fossem incapazes de fazer a mudança das relações de trabalho necessárias para a sobrevivência do setor frente à concorrência dos *saladeros*. Na visão de Cardoso, portanto, haveria um “componente irracional”⁷ no comportamento dos charqueadores, no sentido de que eles não estariam imbuídos da mentalidade capitalista maximizadora (CARDOSO, 1977, p.170-186) - uma vez escravocratas, sempre escravocratas.

Uma bibliografia mais recente revê criticamente a afirmação de que a escravidão era intrinsecamente menos eficiente do que o trabalho livre. Segundo CORSETTI (1983) e ASSUMPÇÃO (1995), as diferenças entre o custo do charque uruguaio e gaúcho poderiam advir dos vastos diferenciais de produtividade da criação do gado. Tais autores também questionam a idéia de que a escravidão é incompatível com o progresso técnico. CORSETTI (1983) menciona que, ao menos desde meados do século XIX, houve a introdução de máquinas a vapor para a extração de gordura animal e outros avanços tecnológicos foram usados com frequência nas charqueadas pelotenses. PESAVENTO (1980, p. 42) mostra as vantagens da atividade saladeiril uruguaia em relação à pelotense no período da República Velha. A qualidade do gado, das pastagens forrageiras, o menor preço do sal e a localização litorânea das charqueadas faziam o Uruguai um país “saladeiril por excelência” (PESAVENTO, 1980, p. 42). Ou seja, as vantagens uruguaias persistiram mesmo quando já havia ocorrido a transição para o trabalho livre nas terras gaúchas. Assim, a escravidão não

dearest of any. A person who can acquire no property can have no other interest but to eat as much, and to labour as little as possible” (SMITH, 1776, p.389).

⁶ Os seus 48 escravos tiveram o valor estimado como levemente superior ao de sua charqueada. (BELL, 1998, p.74).

⁷ A expressão é do próprio CARDOSO (1977, p. 177).

pode ser totalmente responsabilizada pela menor produtividade das charqueadas em Pelotas e região.

Há que se contestar a visão de que não havia quaisquer incentivos positivos para o aumento da produtividade dos escravos. O próprio COUTY⁸ (*apud* CARDOSO, 1977, p.206) atesta que os charqueadores ofereciam recompensa monetária para os escravos que superassem suas cotas produtivas diárias.⁹ Também é interessante notar que fracassaram as tentativas de implantação de saladeiros baseados no trabalho assalariado. O francês J. B. Roux fracassou, em meados do século XIX, ao instalar, em Pelotas, uma charqueada com o chamado “sistema platino”, empregando trabalhadores livres bascos, uruguaios e argentinos (BELL, 1998, p. 233n)¹⁰.

No tocante à divisão do trabalho escravo, talvez ela tenha sido maior do que apontavam alguns autores. GUTIERREZ (1999, p.180) apresenta um levantamento feito a partir dos inventários de charqueadores pelotenses entre 1810 e 1887. Mostra-se a ocorrência de escravos em dez diferentes tarefas diretamente ligadas ao processo de produção do charque. Havia escravos em outras duas dezenas de atividades diferentes, como de apoio ou em tarefas domésticas. Segundo a autora (1999, p. 182), 53% dos escravos possuíam ofício específico na amostra examinada.

A questão da eficiência da escravidão gaúcha deveria ser apreciada empiricamente de forma semelhante à feita por FOGEL e ENGERMAN (1974). Apesar da tarefa fugir do alcance deste trabalho, as evidências históricas aqui apresentadas ao menos põem dúvidas na visão tradicional de Cardoso para explicar a estagnação do setor charqueador. Mais ainda, conforme ver-se-á adiante, a suposta ineficiência do trabalho escravo ineficiente *vis-à-vis* o livre e a irracionalidade dos charqueadores não explicam os problemas do setor ao longo do século XIX. É provável que estes decorriam **apesar** do trabalho escravo e não **por causa** desse regime de trabalho.

⁸ COUTY, L. **Le Maté et les Conserves de Viande, rapport à son excellence monsieur lê Ministre de l'Agriculture et du Commerce sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les Etat du Sud**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

⁹ CARDOSO (1977, p. 206) faz referência a essa prática, contudo a trata como uma excrescência, uma anomalia do sistema escravista em crise. Não percebe ele que a concessão de incentivos positivos aos escravos é freqüente ao longo da história.

¹⁰ Para CARDOSO (1977, p. 207), o fracasso do trabalho livre das charqueadas pelotenses, vem do fato de que os senhores de escravos seguiriam tratando seus funcionários como tratavam os escravos.

1.2. A DOMINAÇÃO POLÍTICA DO CENTRO DO PAÍS;

A outra via de explicação para os problemas do charque remonta, ao menos, ao trabalho de CARDOSO (1977, capítulo IV) e foi reforçada e divulgada, entre outros autores, por PESAVENTO (1990, capítulo II). A bibliografia costuma referir que o setor saladeiril uruguaio usufruía do fato de ter uma presença política no governo central que não tinha correspondência no caso dos charqueadores. Por terem um papel subsidiário na economia do Segundo Império, a hegemonia desses se limitava apenas à Província do Rio Grande.

Cardoso está correto ao afirmar o potencial conflito entre os interesses dos charqueadores e da elite cafeeira. Enquanto os primeiros desejavam a proteção contra a competição dos *saladeros*, os segundos desejavam preços mais baixos para a alimentação da escravidão. E, certamente, a voz dos charqueadores gaúchos deveria ser relativamente menos ouvida do que a dos uruguaios no governo central de seus respectivos países. No Brasil, os interesses ditos "nacionais" eram muito mais identificados com os das províncias do centro do que com os do Rio Grande do Sul.

Mesmo assim, não se pode dizer que os interesses gaúchos estiveram sempre esquecidos pelo centro. Houve protecionismo, sendo que em 1851 foi imposta uma tarifa de 25% sobre o charque uruguaio e o gado platino foi isento de taxaço. Trata-se, portanto, de um exagero a afirmação de CARDOSO (1977, p. 165) de que "as reivindicações destes [os charqueadores] não se transformavam em resoluções e leis emanadas dos Poderes Centrais".

Além disso, a interpretação de Cardoso e seus seguidores esquece-se que havia uma ampla área de coincidências de interesses entre charqueadores e cafeeiros. O crescimento da produção de café seria a garantia de mercado para o charque sulino, uma vez que o escravo das *plantations* era o principal consumidor. Desvalorizações cambiais também seriam um incentivo para ambos os setores: aumentaria a rentabilidade, em moeda nacional, do setor cafeeiro e, ao encarecer o charque uruguaio, protegeria a produção gaúcha.

Atribuir as raízes do declínio do charque à marginalização política dos setores charqueadores e seus conflitos com os interesses do centro é confundir causa com efeito. Foram os problemas econômicos do setor charqueador que intensificaram os conflitos políticos. O clamor da Província do Rio Grande do Sul foi mais um sintoma da *Dutch Disease*.

2. *A DUTCH DISEASE:*

O termo "*Dutch Disease*" foi criado pela revista *Economist* em 1977 ao analisar os inesperados fatos que estavam se dando com a economia holandesa na época. A descoberta e exploração de petróleo, iniciadas na década anterior, motivaram uma onda de otimismo na Holanda. Supunha-se que o resultado do *boom* exportador de petróleo seria a aceleração do crescimento econômico no país. No entanto, não foi isso que aconteceu. Ao longo dos anos 70, o produto cresceu lentamente, a inflação aumentou, o desemprego cresceu e as exportações de manufaturados minguaram.

Tão logo o fenômeno foi compreendido, os analistas perceberam que esse padrão não era uma exclusividade dos neerlandeses, e se repetiu, por exemplo, no Reino Unido e na Noruega durante o mesmo período. Cada vez mais se encontram referências sobre casos de *Dutch Disease*. Considerando apenas as Américas do século passado, há registros de sua ocorrência na Jamaica (ATKINS, 2003) e na Colômbia (ROCA, 1999).

Existem duas maneiras de se entender a *Dutch Disease*. A primeira é seguir a Teorias das Vantagens Comparativas, na forma de LEFF (1991)¹¹. A outra, é através da exposição do modelo básico específico para o caso. O chamado *core model* é CORDEN (1984).

2.1. AS VANTAGENS COMPARATIVAS

LEFF (1991) se propõe a reavaliar as causas da decadência dos setores de cana-de-açúcar e algodão no nordeste brasileiro durante o século XIX. Primeiro, ele mostra a inconsistência das explicações tradicionais, baseadas no lado da demanda ou nas diferenças de custos entre os países produtores. Em seguida, ele oferece a sua explicação: o que houve foi uma mudança das vantagens comparativas da economia brasileira.

Leff lembra que não há sentido em fazer comparações entre os custos de produção entre o mesmo setor de diferentes países. Afinal, David Ricardo mostrou - e todos os alunos de Introdução a Economia deveriam saber - que os países se especializam em atividades nas quais possuem vantagens em relação a outros setores **internos**. Segundo o autor, o que aconteceu no Brasil do século XIX, foi uma mudança nas vantagens comparativas do país do açúcar e algodão nordestino para as regiões dinâmicas do Sudeste. Conforme o café ia dominando a pauta de exportações brasileiras, fenômeno que será retratado na seção seguinte, a taxa de câmbio refletia as vantagens comparativas em relação a tal produto e não as dos

produtos do Nordeste. Conforme o câmbio se valorizava, em termos reais, mais distante ficava do ponto em que as exportações de açúcar e algodão seriam competitivas.

Por que a teoria das vantagens comparativas foi tão prejudicial para o Nordeste? Imobilidade de fatores. As terras nordestinas eram inapropriadas para o cultivo do café, portanto, era impossível que aquele espaço se beneficiasse do *boom*. Quanto ao fator trabalho, houve uma realocação imperfeita. A maior rentabilidade das exportações de café elevou a demanda por escravos no Sudeste. No tocante ao trabalho livre, a presença de custos de migração interna fez com que a sua mobilidade fosse restringida. Os pobres do nordeste, sem mecanismos de crédito e enfrentando os altos custos de transporte do Brasil da época, ficaram de fora dos benefícios do *boom* exportador do café. Esse fenômeno contribuiu para a provável queda na renda *per capita* da região durante o século XIX (LEFF, p. 1991, p.45-48).

2.2. O MODELO DE CORDEN

O *paper* de CORDEN (1984) deu um arcabouço comum a diversos outros modelos que focalizavam problemas semelhantes a *Dutch Disease* e se transformou no ponto de partida das análises. Sua flexibilidade permite que se coteje os resultados de diversas hipóteses alternativas, mas, em termos gerais, ele utiliza os pressupostos mais usuais da Teoria Econômica.

Existem três setores na economia: um que está passando por um *boom* exportador (B), um setor de *tradeables* (L - de "*Lagging*") sem nenhuma alteração inicial, e outro de *non-tradeables* (N). Existe um fator de produção específico para cada setor (como se capitais específicos fossem) e o trabalho, móvel entre as três atividades. Outro pressuposto é que se trata de uma economia pequena, incapaz de alterar os preços internacionais dos produtos *tradeables*.

Partindo da expansão das exportações do setor B, existem dois efeitos:

- a) Efeito-despesa: o acréscimo de renda do setor B é gasto, em parte, no setor N. Isso faz com que os preços internos subam em relação aos setores de *tradeables*¹². Ou seja, há uma apreciação cambial. Esse deslocamento para a direita da curva de demanda por N faz com que o setor utilize mais recursos vindos de L.

¹¹ A edição original de LEFF(1991) é de 1982. Ele ainda não utilizava a expressão *Dutch Disease*; só veio a fazê-lo em obra posterior (LEFF, 1997)

¹² Os preços de B e L não acompanham a elevação de preços de N porque estão sujeitos à competição internacional.

b) Efeito-alocativo: o aumento do produto marginal do trabalho do setor que passa pela expansão (B) faz com que o fator trabalho seja deslocado dos outros setores para a sua direção até que sejam equalizados os salários. Esse efeito pode ser dividido em duas partes. Há um impacto direto: a transferência de trabalhadores de L para B, reduz o produto no primeiro setor. A parcela indireta desse efeito envolve a taxa de câmbio. A redução da oferta de N (motivada pela alocação de trabalhadores na direção do setor B) leva a um deslocamento para a direita de sua curva de oferta. Portanto, dá-se uma nova elevação dos preços de N que leva a mais uma valorização da taxa de câmbio. Esse efeito faz com que ainda mais trabalho seja transferido de L para N.

Note-se que essa segunda parte do efeito-alocativo age sobre os preços do setor N na mesma direção que o efeito-despesa, elevando-os, e, portanto, levando à apreciação real da taxa de câmbio. Contudo, no tocante as quantidades produzidas nesse setor, o efeito pode ser tanto um aumento quanto uma diminuição, uma vez que houve um deslocamento positivo da curva de demanda (efeito-despesa), acompanhado de um movimento negativo da oferta por N (fração indireta do efeito-alocativo).

Sintetizando, são sintomas de que uma economia está enfrentado a *Dutch Disease*:

- a) Apreciação cambial;
- b) Transferência do fator trabalho do setor L para o setor B;
- c) Declínio das exportações do setor de *tradeables* que não passa pelo *boom*.

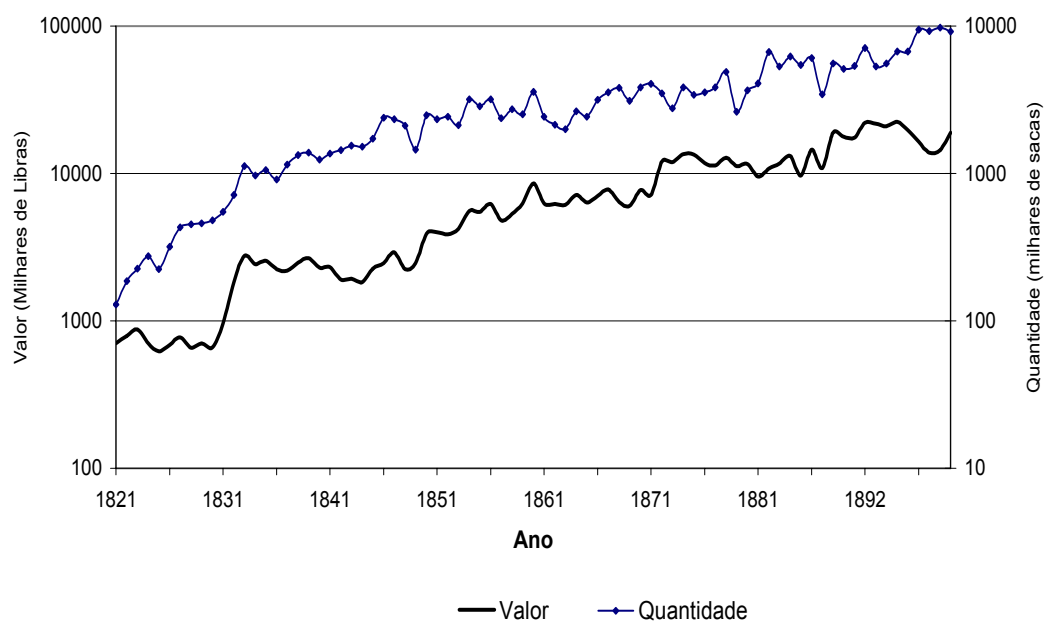
3. EVIDÊNCIAS DA *DUTCH DISEASE* NO RS

3.1. O *BOOM* DO CAFÉ E A TAXA DE CÂMBIO

O século XIX no Brasil é marcado por um aumento não só absoluto, como também relativo das exportações de café. De apenas 129.000 sacas de 60kg em 1921, o século terminou com 9.155.000 sacas exportadas. O valor exportado mostrou a mesma tendência, passando de 704 a 18.889 milhares de libras esterlinas no mesmo período. O gráfico abaixo, em escala logarítmica, mostra a notável elevação das exportações de tal produto.¹³

¹³ Na verdade, as exportações podem ter sido cerca de 20% maiores do que o valor oficial. Wileman (1896 apud GOLDSMITH, 1986, p. 53n.) contabilizou as exportações de café brasileiras a partir das importações do resto do mundo e encontrou tal discrepância.

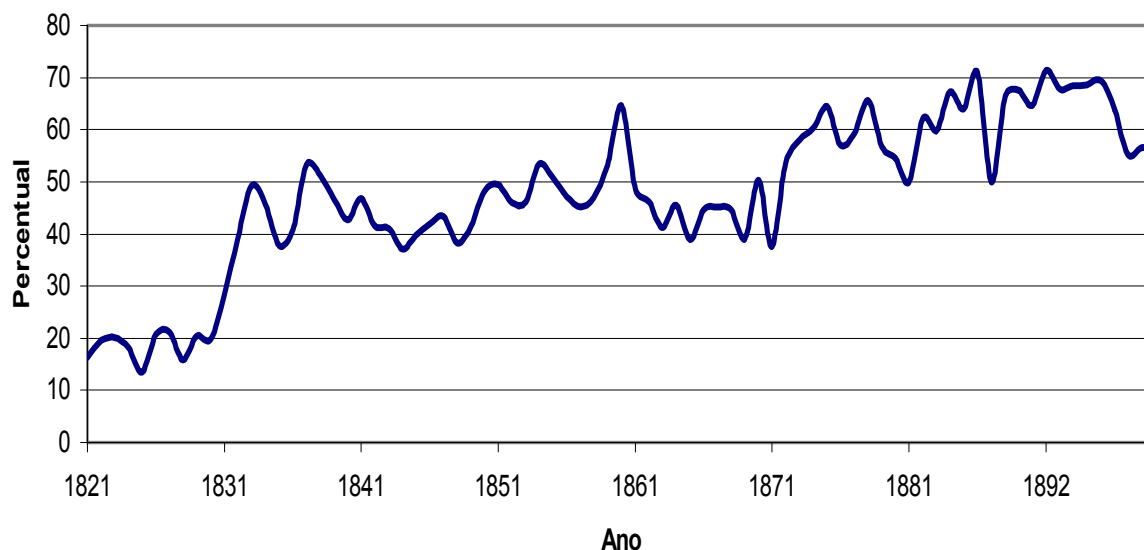
GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ (1821-1900)



FONTE: IBGE (1990)

Igualmente impressionante foi o processo que levou a pauta de exportações brasileira a ser tomadas pela rubrica "café em grão". O Gráfico 2 mostra a evolução da parcela referente ao café em relação ao valor total das exportações. De cerca de 20% nos anos 20, tal item ocupou até mais de dois terços do valor exportado a partir dos anos de 1880.

GRÁFICO 2- PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ NO VALOR TOTAL -BRASIL (1821-1900)



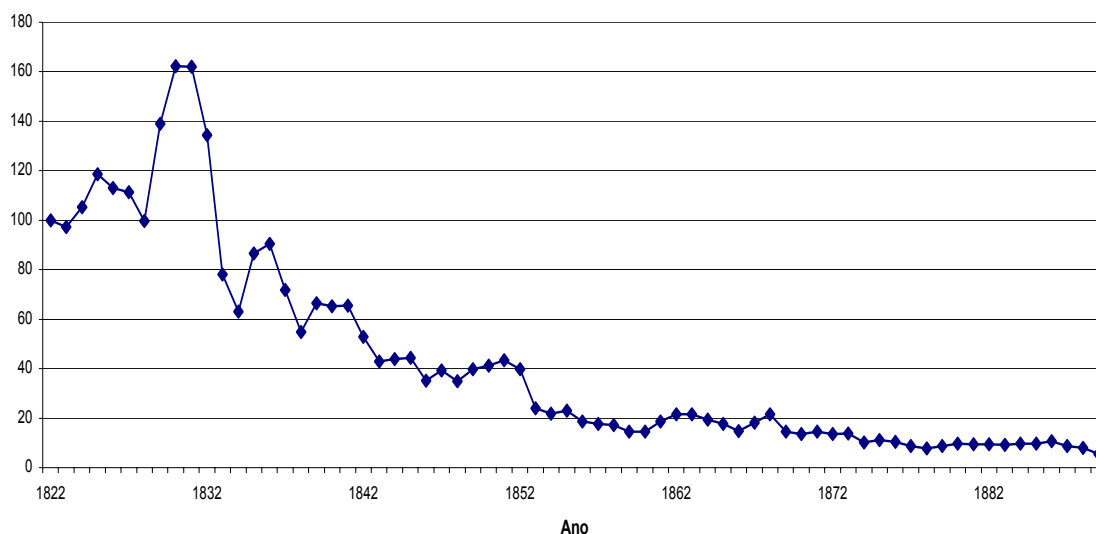
Fonte: IBGE (1990).

Ambos gráficos são suficientes para indicar que a expansão da produção do café configurou um *boom* que costuma dar início a *Dutch Disease*. Teria havido, tal como esperado pelo modelo de Corden, uma valorização da taxa real de câmbio?

No Gráfico 3 apresenta a taxa de câmbio real no período 1822-1889. A taxa de câmbio nominal mil-réis por libras teve como fonte ONODY (1960), o nível de preços da Inglaterra foi de TRIGGER (1999) e a série de preços internos, LOBO (apud LEFF, 1991). Como se vê, a valorização real do mil-réis é brutal ao longo do século. Devemos notar, contudo, que essa tendência se dá por um motivo específico: a série da professora Eulália Lobo representa uma cesta de consumo com produtos alimentares que praticamente não eram comercializados no mercado internacional. De 1822 a 1889, esse índice de preços teve uma elevação de 3170% (5,35% ao ano) enquanto o taxa de câmbio nominal variou apenas 85% (0,92% a.a.).¹⁴

¹⁴ O índice de preços inglês, apesar das variações ao longo do século, foi praticamente estável entre os extremos do período 1822 e 1889.

GRÁFICO 3 - TAXA DE CÂMBIO REAL 1822-1889 (1822=100)



LEFF (1991, p. 114) atribui essa inflação no Rio de Janeiro à inelasticidade da oferta dos produtos internos. Havia uma contínua pressão da demanda por alimentos conforme o setor agrícola se transformava da subsistência para a exportação. Esse fato associado à inelasticidade da oferta gerou a inflação nos preços dos bens que compõe o índice de Lobo.

Ora, conforme a seção anterior, a valorização da taxa de câmbio devido ao aumento dos preços no setor de *non-tradeables* (N) é exatamente um dos sintomas da doença holandesa. Ambos fenômenos aconteceram durante o período do Império. De um lado, o efeito-despesa fez com que a demanda pelo setor N crescesse, ao mesmo tempo em que o efeito alocação moveu a curva de oferta pelo bem para a esquerda. Seus preços aumentaram e, como a taxa de câmbio (mil-réis por libra) não se elevou na mesma velocidade, houve uma valorização real do câmbio.

3.2. OS ESCRAVOS

Entre 1850 e 1858, o preço do escravo no Rio de Janeiro aumentou 260% em termos nominais e 164% em valores reais¹⁵. Como se sabe, o fim do tráfico transatlântico tornou a oferta de trabalho cativo inelástica para o Brasil como um todo. Enquanto isso, o *boom* do café deslocou positivamente a demanda dos escravos, fazendo com que esse fator de

produção fosse deslocado das atividades menos rentáveis para as *plantations* do Rio de Janeiro. Conforme LEFF (1991, p. 21) a distribuição dos escravos pelo país indica o "valor marginal do produto do trabalho e as taxas relativas de remuneração do capital (investido em escravos) que foi empregado nas várias atividades econômicas". Portanto, verificar a direção do tráfico interprovincial de escravos é também perceber os deslocamentos regionais e setoriais das vantagens comparativas.

LEFF (1991) mostra que as províncias produtoras de café passaram a absorver uma parcela crescente dos trabalhadores cativos. A região Sudeste tinha 39% dos escravos brasileiros em 1823, e em 1872, 59%. Entre 1874 e 1884, as quatro províncias da região receberam 89.425 escravos por tráfico inter-regional. Em termos do modelo de Corden, é o efeito-alocativo em ação. Mesmo não se tratando de trabalhadores livres, os escravos foram deslocados para o setor B (o café) onde a taxa de retorno era maior. Há ainda o efeito-alocativo indireto, via taxa de câmbio, que faz com que também o setor N atraia trabalhadores do setor L.

Teria o mesmo fenômeno atingido o Rio Grande do Sul? NOGUEIRÓL (2002) mostrou que não só os preços dos escravos em Porto Alegre e Sabará estavam correlacionados entre si, como também apresentavam conexão com o preço de exportação do café. Isso corrobora a hipótese que o *boom* exportador elevou a produtividade marginal do trabalho escravo e, portanto, a sua remuneração no Sudeste. Por arbitragem, esses aumentos de preço chegaram ao sul do Brasil.

A tabela abaixo permite indicar o decréscimo percentual da participação do trabalho cativo no RS.

¹⁵ Nesse cálculo utilizou-se o índice de preços de GOLDSMITH (1986) que é uma média de índices de quatro autores, incluindo o de Eulália Lobo. Mesmo quando o deflacionamento do preço dos escravos é feito por esse último índice, chega-se a uma valorização de 22,5%.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL DE ACORDO COM CONDIÇÃO (1780-1887)

Ano	Livre	Escravos	Total	% Escravos	
1780		12821	5102	17923	28.47
1814		49208	21445	70653	30.35
1858-1863		240206	74938	315144	23.78
1872		367037	67781	434818	15.59
1883		637862	62138	700000	8.88
1887		936186	8430	944616	0.89

.FONTE: WEIMER (1991, p. 33) com base em fontes diversas.

NOTA: Optou-se por selecionar apenas as observações que o autor considerou confiáveis e calcular a média do período 1858 a 1863. Nesse período existem diferenças de 116 mil habitantes de um ano para o outro. Esses dados devem ser apreciados com muita cautela.

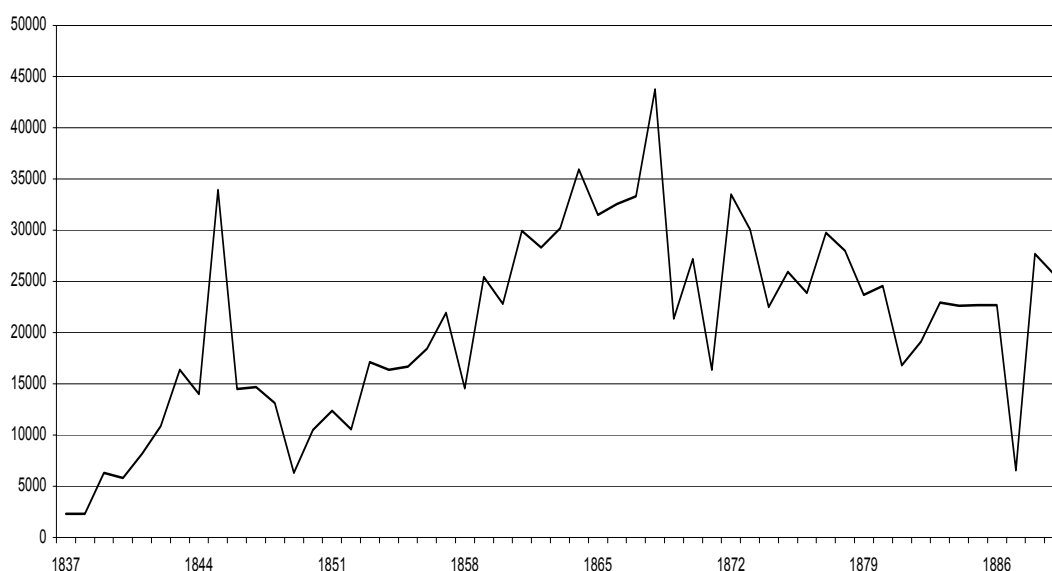
Não foram obtidos dados completos sobre as saídas de escravos do Rio Grande do Sul para o Sudeste durante o período. Os dados apresentados por CONRAD (1978, p. 358) mostram que entre 1852 e 1861, 3.404 escravos foram importados do Sul do Brasil pelo Rio de Janeiro. Já as informações referentes à 1874 e 1884 (CONRAD, 1978, p. 351 tabela 9) mostram que o RS forneceu 14.302 escravos para outras regiões. Se as informações quantitativas são insuficientes, os relatos da época ajudam a preencher a lacuna. CARDOSO (1977, p. 22) cita o seguinte trecho de um relatório do Presidente Souza Ferraz: "Uma parte da População d'esta Província igualmente vai sofrendo desfalque em virtude de sua passagem para as nossas Províncias do Norte. Refiro-me à população escrava".¹⁶

3.3. O SETOR CHARQUEADOR:

Como se pode ver no gráfico, a instabilidade foi grande no setor exportador. Vale notar, contudo, alguns pontos. Existe um pico de produção em 1845, que coincide com o fim da Revolução Farroupilha. Entre 1851 e 1868 percebe-se um período de expansão. Não sem razão, o começo desse período marca o fim da Guerra Grande e a assinatura do tratado que garantiu a proteção tributária ao charque gaúcho. Após esse 1868, a produção não mais voltou aos patamares anteriores e sua trajetória sofreu fortes oscilações.

¹⁶ Assim, ao contrário do que afirma PESAVENTO (1990, p.42), o problema da falta de braços não era decorrente da transição do trabalho cativo para o livre.

GRÁFICO 4- QUANTIDADE (TONELADAS) EXPORTADAS DE CHARQUE DO RIO GRANDE DO SUL-1837-1889

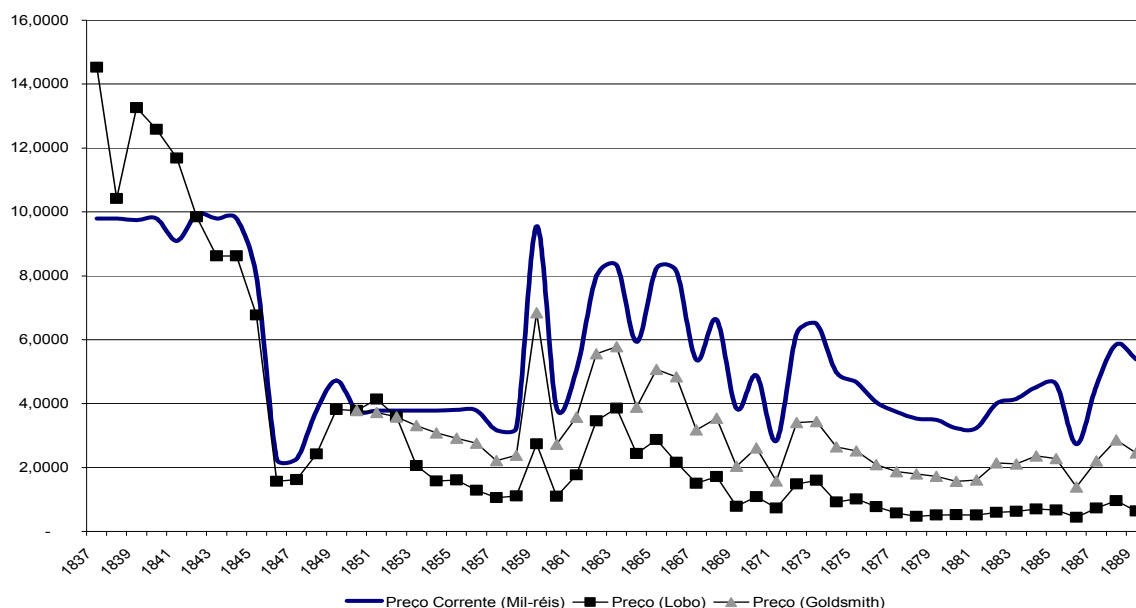


FONTE: SILVA (1979)

Como relacionar essa trajetória da produção de charque em relação a *Dutch Disease*? Antes de tudo, há que se ressaltar uma distinção entre o charque e o setor *Lagging* do modelo de Corden. Nessa abordagem, o setor L não se relacionava diretamente com o setor que passava pelo *boom*. Já no caso do charque, o aumento de sua demanda está relacionado com o acréscimo na produção de café, uma vez que, conforme já se disse, ele era um dos insumos básicos da alimentação dos trabalhadores do Sudeste. Portanto, há uma certa ambigüidade: de um lado o *boom* do café gerou os efeitos perversos da *Dutch Disease* sobre o charque, mas, por outro, vê-se que aquela expansão aumentou a produção gaúcha. Essa é a razão pela qual a quantidade de charque gaúcha exportada não teve um decréscimo ainda maior.

Já no tocante aos preços, o modelo de Corden considera que o setor L não sofre uma elevação de preços, porque tem que enfrentar a competição externa. Além disso, o produto ficará mais barato quando comparado com os preços do setor N. No gráfico abaixo, foram plotadas as séries de preço do charque exportado em preços correntes, deflacionado pelos índices de Lobo e de Goldsmith (ambos com base em 1850).

GRÁFICO 5 - PREÇOS DO CHARQUE (CORRENTE E EM VALORES DE 1850) - 1837-1890



FONTE: Cálculos do autor com base em SILVA (1979), LEFF (1991) e GOLDSMITH (1986).

Conforme esperado, em termos do índice de Lobo a queda do preço do charque é mais intensa. Note-se que até no período de aumento consistente da produção do charque (1851-1868) houve queda no seu preço deflacionado. Isso ocorre porque, vale repetir, esse índice é o que melhor captura a elevação dos preços do setor *non-tradeables* gerada pela *Dutch Disease*. A queda real do preço do charque (com o índice de Goldsmith) também sugere o mesmo fenômeno, mas não com a mesma intensidade. Assim, parece estar corroborada a hipótese de CORDEN (1984) de que o setor L perde atratividade porque seus aumentos de preços estão limitados pela concorrência externa.

Em síntese, o *boom* do café foi perverso para o charqueador gaúcho devido à realocação do fator trabalho (escravos, no caso) e à valorização cambial que ameaçava a sua competitividade em relação à produção uruguaia. Por outro lado, houve quase que um efeito-despesa, posto que o charque era um insumo para as *plantations* escravocratas do Sudeste.

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou-se uma nova visão para a crise do setor charqueador gaúcho durante o Império. Foram questionadas as explicações tradicionais, isto é, aquelas que atribuem as causas do fenômeno à persistência irracional dos charqueadores em preservar seus escravos ou à marginalização dessas elites da política nacional. Argumentou-se que tais teorias estão equivocadas e/ou se prendem a epifenômenos. Na verdade, o que ocorreu no extremo sul do Brasil foi uma manifestação da Doença Holandesa. A análise de séries temporais para variáveis econômicas chave permitiu dar suporte a essa tese.

O próximo passo dessa pesquisa consiste em aplicar testes econométricos que permitam precisar se o diagnóstico é adequado. Percebe-se a necessidade, também, de obtenção de mais informações quantitativas sobre a evolução dos *saladeros* uruguaios. A sua comparação com o setor gaúcho permitirá um melhor entendimento dos mecanismos patogênicos da doença holandesa.

Esse trabalho mostrou que, com sutis modificações, uma teoria desenvolvida para explicar um fenômeno ocorrido em outro hemisfério e um século depois retrata bem o que aconteceu com o Rio Grande do Sul durante o Império. A farta historiografia econômica gaúcha tem se ocupado de mostrar as peculiaridades da formação do estado¹⁷. Ela se afirma pela diferença. A desvantagem desse enfoque é que ele desvia a atenção das potencialidades de aplicação da Teoria Econômica à história. Encontrar um padrão recorrente no Rio Grande do Sul não é empobrecer a sua experiência histórica. É enriquecê-la, uma vez que agora ela é mais bem compreendida.

¹⁷ Os títulos de dois trabalhos apresentados em um mesmo encontro acadêmico mostram essa tendência: *A Peculiaridade da Transição Capitalista no Sul 1899-1930*; o outro, *A Originalidade do Rio Grande do Sul no Século 19* (HERRLEIN, 2002 e TARGA, 2002).

BIBLIOGRAFIA

- ATKINS, F. **Jamaica's terms of trade: A problem of resource curse or *Dutch Disease***. Working Paper 1/03, London, 2003.
- ASSUMPÇÃO, J. E. Idade, sexo, ocupação dos escravos charqueadores (1780-1888). **Estudos Ibero-americanos**, v. 16, n.1 e 3, p.29-46, jul. e dez. 1990.
- BELL, S. **Campanha gaúcha: a Brazilian ranching system, 1850-1920**. Stanford, Califórnia, 1998.
- CHAVES, A. J. G. **Memórias econo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: cia. União de Seguros Gerais, 1978.
- CONRAD, R. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORSETTI, B. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Niterói- RJ, 1983. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, UFF.
- CORDEN, W. M. Booming sector and Dutch Disease economics: Survey and consolidation. **Oxford Economic Papers**, v. 36, p.359-380, 1984.
- FOGEL, R. W. e ENGERMAN, S.T., **Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery**. Boston: Little, Brown and Company, 1974.
- GOLDSMITH, R. W. **Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação**. São Paulo: Harper and Row, 1986.
- GUTIERREZ, E. J. B. **Barro e sangue: Mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Porto Alegre, 1999. Tese (doutorado em História) - Departamento de História, PUC-RS.
- HERRLEIN JR., R. **A peculiaridade da transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1899-1930**. In: Primeiro Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre. Anais... 2002.
- IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- LEFF, N. H. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991. 2 v.
- LEFF, N. H. Economic Development in Brazil, 1822-1913. In: HARBER, S ed. **How Latin America Fell Behind: essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**.

- LONER, B. **Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel, Rede Unitrabalho, 2001.
- MAESTRI FILHO, M. J. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: Est, 1984.
- NOGUEIRÓL, L. P. N. **Mercado regional de escravos: Padrões de preços em Porto Alegre e Sabará - elementos de nossa formação econômica e social**. In: Primeiro Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre. Anais... 2002.
- PERTUSIER, R. **Dutch Disease: A macroeconomia quando a abundância se torna um problema**. Rio de Janeiro, 1999. Trabalho de conclusão - Departamento de Economia, PUC.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. **República Velha gaúcha: Charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- ROCA, A. M. **Dutch Disease and banana exports in the Colombian Caribbean, 1910-1950**. In: Latin American Cliometric Society 1999, Cartagena, Colômbia. 1999.
- SILVA, E. M. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of the nations**. Oxford: Oxford University Press, 1976 [1776].
- TARGA, L. R. P. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil - incluindo no que e por que discordamos de F.H.C. **Ensaio FEE**, v. 12, n.2, p.445-480, 1991.
- TARGA, L. R. P. **A originalidade do Rio Grande do Sul do século XIX**. In: Primeiro Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre. Anais... 2002.
- TRIGGER, R. **Inflation: the value of the pound 1750-19998**. House of Commons Library Research Paper 99/20, 1998.
- WEIMER, G. **O trabalho escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, EDUFRGS, 1991.